



ATA DE REUNIÃO - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO
EXERCÍCIO DE 2019 – COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE SEGUNDO GRAU DE
JURISDIÇÃO

Aos seis dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, às oito horas e quarenta minutos, na Sala de Reuniões da Presidência, neste Tribunal de Justiça, reuniram-se os membros do COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO, constituído pela Portaria nº 50704/2017-GP, alterada pela Portaria nº 55018/2018-GP: Des. CARLOS AUGUSTO TORK DE OLIVEIRA, Presidente do Tribunal de Justiça do Amapá; Des. JOÃO GUILHERME LAGES MENDES, Representante da Associação dos Magistrados do Amapá; GLÁUCIO MACIEL BEZERRA Diretor-Geral do TJAP; ROSYWAN CANTUÁRIA DA SILVA FERREIRA, Assessor da Assessoria de Planejamento e Organização; REGINA DA SILVA MACEDO, Diretora do Departamento Financeiro; e NEY ARNALDO PARENTE, servidor Representante do Sindicato dos Serventuários da Justiça; bem como o servidor JOUDSON MEDEIROS DE OLIVEIRA, servidor da Assessoria de Planejamento e Organização, com o objetivo de ser apresentada ao COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO a Proposta Orçamentária para o exercício de 2019. Foi declarada aberta a Ata da Reunião do Comitê Orçamentário de Segundo Grau de Jurisdição pelo Desembargador Carlos Tork, Presidente do TJAP. O Desembargador Presidente começou discursando sobre o planejamento estratégicos dos Tribunais para os próximos exercícios. Dada a palavra ao Diretor Geral, Glaucio Maciel Bezerra, este começou a apresentação da Proposta Orçamentária do exercício de 2019. Inicialmente foram apresentadas as receitas do Tribunal de Justiça, que são subdivididas em repasses do Poder Executivo e receitas, oriundas de custas judiciais, as quais são divididas entre os fundos (FMRJ, FAJJ, etc). Foram estimadas



ATA DE REUNIÃO - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO
EXERCÍCIO DE 2019 – COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE SEGUNDO GRAU DE
JURISDIÇÃO.

as despesas no montante de R\$ 343.279.361,00 para o exercício de 2019, divididas entre o Tribunal de Justiça, Escola Judicial, FMRJ, FAJJ e FERC, e segmentadas em Folha de Pagamento, parcelamentos, custeio, investimentos e obras. Os valores foram atualizados de acordo com critérios estatísticos (indicadores inflacionários). A Juíza de Direito Liége Cristina questionou sobre a inclusão na proposta orçamentária de 2019 o possível reajuste dos magistrados. Diante do questionamento, o Presidente Des. Carlos Turk pontuou que, caso houvesse reajuste do subsídio dos magistrados, foi acordado com o Poder Executivo, em reunião do Comitê Estadual de Orçamento, que os referidos valores seriam repassados a este Tribunal de Justiça, não sendo incluído na presente Proposta Orçamentária de 2019 os valores que possam subsidiar eventual reajuste. Retornando a palavra ao Diretor Geral, o mesmo explicou de forma pormenorizada as despesas do Tribunal de Justiça com a Folha de Pagamento. No tocante a Folha de Pagamento, referente às despesas com servidores, o Representante dos Servidor Márcio Pantoja fez o seguinte questionamento: o quadro que ensejou a abertura do concurso, do ponto de vista operacional, foi modificado, tendo em vista hoje haver superávit de servidores, em contrapartida ao que se previa quando da abertura do concurso público, assim, indago se seria necessária a nomeação de todos os servidores, tendo em vista a subutilização de servidores e os impactos orçamentários que a referida nomeação ensejaria. O Presidente compreendeu o questionamento feito pelo Representante dos Servidores e entanto informou que existe um déficit de servidores de acordo com os cálculos da Resolução nº 219-CNJ, tanto no administrativo quanto no judicial, bem como a ocorrência de diversas aposentadorias de servidores que aguardam o Plano de Aposentadoria Incentivada, sendo necessária a nomeação dos concursados. Dada




ATA DE REUNIÃO - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2019 – COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO

a palavra ao Juiz de Direito Esclepiades, este solicitou que ficasse consignada na presente Ata que o Tribunal de Justiça deve observar a existência de outros critérios para analisar a necessidade de servidores e do terceiro assessor jurídico nas Comarcas do Interior do Estado. O Presidente aceitou a consignação em Ata, no entanto solicitou que tal assunto fosse estudado em outra oportunidade, eis que não está diretamente ligada à análise da Proposta Orçamentária de 2019. Após, o Presidente apresentou a proposta de limite de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para o orçamento de 2019, visando a nomeação do terceiro assessor jurídico, que serão nomeados de acordo com critérios estabelecidos em momento oportuno. O Desembargador João Lages questionou se existem estudos para a realização de Concurso de Magistrados, tendo em vista a aposentadoria de diversos juizes. Em resposta, o Presidente informou que, de acordo com previsões feitas pela Corregedoria-Geral de Justiça, não existe a necessidade de nomeação de novos magistrados para o próximo exercício. Informou ainda a previsão para o Concurso para os Cartórios Extrajudiciais. O representante dos servidores Márcio Pantoja indagou se a majoração do adicional de férias dos servidores, para se equalizar ao adicional de férias dos magistrados, estaria integrado na proposta orçamentária de 2019. O Presidente informou que tal deliberação está em fase de estudos, portanto, não foi incluída na proposta orçamentária do exercício de 2019. O Presidente do Sindicato questionou se existe a possibilidade de retirada dos valores referentes à indenização de férias de servidores, no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), e majoração do adicional de férias para 2/3. O Desembargador Presidente informou não ser possível, neste momento, atender o referido pleito. O Diretor-Geral continuou a explanação dos indicadores de custos do Tribunal de Justiça, detalhando cada despesa prevista para o exercício de

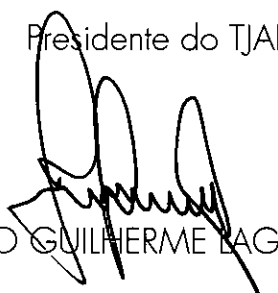
3

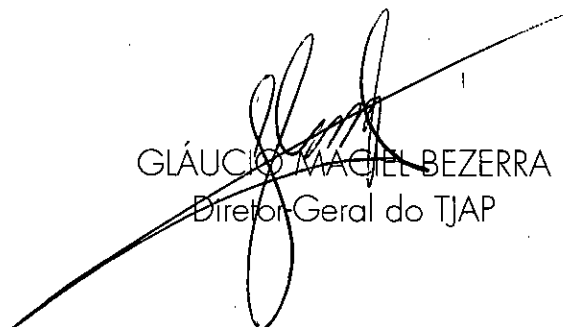


ATA DE REUNIÃO - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2019 – COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO

2019, comparando com os custos da referida despesa previstos para 2018. Foram apresentando também os projetos aprovados para o exercício de 2019. Foram apresentados também os projetos pendentes para o exercício de 2019, os quais dependem da existência de crédito superavitário oriundo do exercício de 2018. Após a apresentação, deu-se por finalizada a apresentação. Após a apresentação da Proposta Orçamentária para o exercício de 2019 e a discussão entre os participantes, o COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO APROVOU, NA SUA INTEGRALIDADE, A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019. Nada mais havendo, deu-se por encerrada a reunião às dez horas e trinta minutos. Para constar eu,  Lucas Bitencourt de Souza, lavrei esta Ata que foi lida e assinada pelos presentes.


Des. CARLOS AUGUSTO TORK DE OLIVEIRA
Presidente do TJAP


Des. JOÃO GUILHERME LAGES MENDES
Representante da AMAAP


GLÁUCIO MACIEL BEZERRA
Diretor-Geral do TJAP



ATA DE REUNIÃO - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO
EXERCÍCIO DE 2019 – COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE SEGUNDO GRAU DE
JURISDIÇÃO

ROSYWAN CANTUÁRIA DA SILVA FERREIRA
Assessor da ASPLAN

REGINA DA SILVA MACEDO
Diretor do Departamento Financeiro

NEY ARNALDO PARENTE
Servidor representante do SINJAP

JOUDSON MEDEIROS DE OLIVEIRA
Servidor da ASPLAN